

O NOVO TESTAMENTO, JESUS, A LEI E OS PROFETAS

Pr. Albino Marks

“Não vim revogar”. *“Não pensem que vim revogar a Lei (nómon) ou os Profetas; não vim revogar, mas para cumprir”* (Mt 5:17, NAA).

Na declaração de Jesus: *“Não pensem que vim revogar a lei (nómon) ou os profetas”*, há duas questões importantes que precisam ser consideradas para a sua correta compreensão: o que Jesus disse quando declarou que não veio revogar nem a lei nem os profetas? A qual lei está Se referindo e o que está dizendo com as palavras: os profetas?

Lendo Mateus cinco, por desconsiderar a maneira de os evangelistas designar a palavra: “torah”, no hebraico, pela palavra “nómos”, no grego, lei, no português, e as leis que compõem o todo da “torah”, pela palavra “entolé”, mandamento, no português, fazemos interpretações equivocadas.

Normalmente a palavra: “nómos”, lei, expressa o significado amplo, designando o Pentateuco e muitas vezes toda a Escritura existente, mas pode também referir a conjuntos restritos; a palavra “profetas”, é uma referência habitual ao restante de toda a Escritura, que, no entanto, assim como, a “torah”, no hebraico, e, “nómos”, no grego, pode também designar a Escritura toda do Velho Testamento.

Quando estes aspectos não são considerados, limitamos a compreensão do argumento de Jesus quando declarou: *“Não penseis que vim suprimir a Lei, (nómon), ou os profetas: não vim suprimir, mas cumprir. Pois em verdade eu vos declaro, antes que passem o céu e a terra, não passarão da lei, (nomon), um i nem um ponto do i, sem que tudo haja sido cumprido”* (Mt. 5:17, 18, TEB).

Jesus declarou que não veio para suprimir, revogar, a lei ou os profetas, mas cumprir. O que Jesus realmente está dizendo com esta declaração?

A interpretação imediata do argumento de Jesus é que Ele veio cumprir, praticar, a lei moral em todos os seus preceitos, e não abolir ou suprimir. A interpretação se fundamenta na continuidade da argumentação, Jesus citando dois mandamentos da lei moral.

Para enriquecer sua compreensão da declaração de Jesus, acesse...

O NOVO TESTAMENTO, JESUS, A LEI E OS PROFETAS

Pr. Albino Marks

“Nómos” e “entolé” em Mateus 5. No entanto, antes e depois de citar os dois preceitos da lei moral, Jesus fez declarações que merecem análise.

Assim que faz a declaração, fala sobre a vigência da lei e o seu ensino correto e errado. Em Mateus 5:18, Jesus afirma que *“até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da Lei (nomon), até que tudo se cumpra”*, para no verso 19 dizer: *“aquele, pois, que desrespeitar um destes mandamentos (entolon), Ainda que dos menores, e ensinar os outros a fazer o mesmo [...]”* (NAA).

Nesta declaração, Jesus estabeleceu a mesma distinção entre “nómos”, lei, e “entolé”, mandamento, que analisamos nos diálogos entre Ele e os mestres da lei. “Nomos”, é a “torah” toda; “entolé”, é um conjunto de leis, um mandamento dentro da legislação toda.

Outro detalhe importante no verso 18: Jesus refere à lei, “nómon”, e omite *“os profetas”*. Usa somente a palavra “nómon”, lei, referindo a toda a Escritura, ou seja, toda a Escritura é a lei. Isto está evidente no verso 19, onde fala dos “entolés”, mandamentos menores. Estes mandamentos menores fazem parte de outras leis e instruções e não da lei moral.

Nesta declaração temos um ponto importante para considerar e compreender o que Jesus está dizendo. Lembrando que na discussão com o perito da lei, Jesus deixou claro que “nómos”, é a “torah” toda: o Pentateuco ou, toda a Escritura existente. A lei dos Dez Mandamentos, Ele definiu com a palavra “entolé”, mandamento.

Em Mateus cinco, Jesus declara que não veio suprimir a lei, “nómon”, para logo a seguir declarar que qualquer um que desobedecer a um desses mandamentos, “entolon”, ainda que dos menores. [...] E, aquele que os praticar e ensinar [...].

Para o mestre da lei, Jesus declarou que a lei moral é a lei maior, mais importante. Em Mateus cinco, declara que existem mandamentos menores, menos importantes. Quais seriam estes mandamentos, ou leis menores?

Jesus enfatiza que aqueles que desobedecem a um desses mandamentos por menor que seja, ensinando outros a fazer o mesmo, será o menor no Reino dos céus. Porém, quem obedecer e ensinar de maneira correta estes mandamentos será chamado grande no Reino dos céus.

Lembrando do ensinamento de Jesus de que a lei moral, os Dez Mandamentos, é a lei maior (Mc 12:31), e que todas as outras leis, instruções e ensinamentos gravitam em torno dela (Mt 22:40), concluímos que as leis, ou os mandamentos menores, são as leis cerimoniais, sacerdotais, de saúde, civis, de casamento e todas as outras instruções que formam a totalidade dos ensinamentos espirituais das Escrituras.

Outra questão muito importante para a compreensão dos argumentos de Jesus e dos escritores do Novo Testamento: qual era o seu público alvo? Era o público imediato ou os cristãos do século XXI? Não é incomum, estudiosos da Escritura, analisar as declarações de Jesus e os escritos do Novo Testamento, como dirigidos em primeira instância para os cristãos do século XXI. E naturalmente a interpretação gera equívocos.

Nem um i ou um til omitido no cumprimento de Sua missão. Avaliemos com mais atenção a declaração de Jesus nas palavras proferidas: *“Não penseis que vim suprimir a Lei ou os profetas”* (Mt 5:17, TEB). A que lei e ato de revogação ou cumprimento, Jesus se referiu?

Para os discípulos no caminho de Emaus, *“a seguir, Jesus lhes disse: São estas as palavras que eu vos falei, estando ainda com vocês: era necessário que se cumprisse tudo o que está escrito a respeito de mim na Lei (nomu) de Moisés, nos Profetas e nos Salmos. Então lhes abriu o entendimento para compreenderem as Escrituras”* (Lc 24:44, 45, NAA).

Evocando a lei “nómos”, de Moisés, o Pentateuco, os Profetas e os Salmos, Jesus declarou que tudo o que estava escrito a respeito de Sua missão para a realização do plano da salvação, se cumpriu n’Ele. Não falou no

cumprimento da lei moral, “*entolé*”, como norma de conduta, mas no cumprimento da “*nómos*”, toda a Escritura, revelando a Sua missão para realizar o plano da redenção.

Pode se dizer que Jesus lembrou para os dois discípulos a declaração feita no sermão da montanha, registrada em Mateus 5, quando declarou que não veio revogar a lei, “*nómos*” ou os “*profetas*”, mas que veio para cumprir. Naquela oportunidade, no início do Seu ministério, Jesus esboçou a Sua missão, fundamentada na “*torah*”, “*nómos*”, o Pentateuco, trazendo em seu conteúdo toda a legislação israelita, envolvendo a lei moral, a lei cerimonial, a lei sacerdotal e a lei civil, e, toda esta legislação estava relacionada com os serviços do santuário, tipificando a Sua missão neste mundo, para a realização do plano da redenção. Referiu-se também ao cumprimento de tudo o que os profetas predisseram a Seu respeito e o plano da salvação, no restante da Escritura de Seu tempo. Portanto, encontramos aqui o primeiro e o mais importante foco das declarações de Jesus: Ele veio para cumprir tudo o que a respeito dEle está escrito na lei, “*nómos*”, o Pentateuco e os profetas, o restante da Escritura, para realizar o plano da redenção. Nada, do que estava tipificado nos serviços do santuário e escrito nos profetas a respeito da Sua missão para salvar o pecador, poderia ser revogado.

O evangelista Lucas relata declaração de Jesus semelhante à de Mateus, que tem sido motivo para muitos comentários. *“A Lei (nómos) e os Profetas profetizaram até João. Desse tempo em diante estão sendo pregadas as boas novas do reino de Deus. [...] É mais fácil os céus e a terra desaparecerem do que cair da Lei, (nómon), o menor traço”* (Lc 16:16, 17, NVI).

Observe-se que Jesus está se referindo à lei ‘*nómos*’ o Pentateuco e os profetas, significando todo o ritual do santuário e toda a Escritura do Antigo Testamento. Jesus torna claro que tudo o que o Pentateuco, o ritual do santuário e os Profetas ensinam sobre o plano da salvação se concentra na realidade de Sua presença, como as boas novas, o evangelho em Pessoa, para dar cumprimento a tudo o que a lei ‘*nómos*’ tipicamente determinava e os profetas predisseram. Para então, selar a declaração: “*desse tempo em diante*”, tudo o que está determinado pela lei ‘*nómos*’, envolvendo toda a Escritura, a lei e os

profetas, terá cumprimento irrevogável em Sua pessoa e Sua missão, pela pregação das “*boas novas do reino de Deus*”.

Tudo isso Jesus declarou em primeira instância para os Seus ouvintes durante o sermão do Monte. Apresentou-se como o verdadeiro Messias, tipificado nos rituais do santuário e anunciado nas predições proféticas; confirmado por Seu nascimento como o “*Descendente da mulher*”, e que seria ratificado com a Sua morte Substituta como o verdadeiro Cordeiro de Deus, que tira os pecados do mundo, tipificado nos cordeiros substitutos sacrificados nos rituais do santuário. Ele veio em cumprimento de toda a Escritura e, portanto, nenhum ponto do i de tudo o que estava escrito a Seu respeito, seria omitido. Jesus não centralizou o Seu argumento na Sua obediência à lei moral, “*entolé*”, mas no cumprimento da Sua missão como o Salvador, determinada pela lei, “*nómos*”, o Pentateuco em todos os seus ensinamentos e tipificado nos símbolos do santuário, e predito pelos profetas.

Sim, Jesus veio para cumprir a lei moral, obedecendo a tudo o que ela determina; mas veio definitivamente com a missão para cumprir a sentença de condenação contra o homem culpado, como o Substituto inocente; cumprir assim, com a Sua morte Substituta, tudo o que estava tipificado nas cerimônias e símbolos da lei cerimonial: graça, perdão, justificação, reconciliação e salvação; veio para cumprir o julgamento injusto, com base na lei civil, ser declarado justo e inocente, mas condenado, para morrer em favor dos culpados; também com a Sua morte e ressurreição, veio para cumprir a promessa de Deus de torná-Lo sumo sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque.

Ele é o verdadeiro Cordeiro designado por Deus para ser oferecido em sacrifício como o único Substituto, pagando o resgate e cancelando a culpa do homem pecador. Ele é o Único e verdadeiro sumo-sacerdote feito por Deus, segundo a ordem de Melquisedeque, como o único que pode ministrar o real e perfeito sacrifício em favor do culpado transgressor da lei moral. Ele é o único que, morrendo a morte dos culpados, deu cumprimento à justiça divina da lei moral, que determinava a morte do transgressor. Ele é o único que viveu a justiça da lei moral, morreu, cumprindo a justiça e oferece a justiça, por graça, que está tipificada na lei cerimonial, para todos os culpados e condenados à morte, pela

lei moral; Ele é o único que pode dizer: *“Não vim suprimir a lei moral, a lei das cerimônias, a lei sacerdotal e as leis civis, mas cumpri-las em todos os seus detalhes como determina o modelo do santuário celestial. Vim para cumprir tudo o que os profetas predisseram a Meu respeito”*.

A palavra grega, “plerousai”, permite a tradução, *estabelecer totalmente, ou definitivamente*. Foi para isso que Jesus veio, para realizar, cumprir, estabelecendo de maneira completa e definitiva tudo o que era ensinado tipicamente pelos símbolos e cerimônias do santuário, e fundamentado em tudo o que os profetas disseram a respeito da Sua missão para ratificar o ato da redenção. Porque *“a Lei (nómos) traz apenas uma sombra dos benefícios que hão de vir, e não a sua realidade. [...] Então acrescentou; ‘Aqui estou: vim para fazer a tua vontade’. Ele cancela o primeiro para estabelecer o segundo. Pelo cumprimento dessa vontade fomos santificados, por meio do sacrifício do corpo de Jesus Cristo, oferecido uma vez por todas”* (Hb 10:1, 9 e 10, NVI).

O plano da redenção e “nómos”, a lei. O plano da salvação somente poderia tornar-se realidade com o cumprimento de todas as determinações da lei, “nómos”, o Pentateuco com os seus tipos e todas as predições dos profetas. Portanto, inclui a lei moral, a lei cerimonial, a lei sacerdotal, as leis civis e tudo o que os profetas predisseram a Seu respeito. Todo o ritual do santuário tipificava todos os aspectos do plano da salvação, envolvidos no cumprimento da sentença de condenação da lei moral, na graça típica revelada pela lei cerimonial, no estabelecimento do sacerdócio superior de Jesus e na Sua condenação totalmente injusta e mentirosa com base na lei civil. Nenhum detalhe, por menor que fosse, podia ser omitido na vida e morte vicária de Jesus. Tudo o que estava tipificado e predito, foi cumprido. Se assim não fosse, o ritual do santuário teria sido uma imensa farsa, como o são todos os ritos e cerimônias do paganismo.

Quando no horto do Getsêmani, sob o peso da agonia da segunda morte, Jesus orou ao Pai: *“Meu Pai, se for possível, afasta de mim este cálice; contudo, não seja como Eu quero, mas sim como tu queres”* (Mt 26:39, NVI). Ele estava para cumprir o último rito típico do santuário, a morte do cordeiro inocente, substituto, expiando a culpa do pecador transgressor e ofensor.

Não era possível afastar o cálice. Tudo o que estava tipificado teria de ser cumprido. Nenhum ponto do i podia ser omitido. E assim aconteceu.

A importância do cumprimento das leis civis. Da agonia do Getsêmani, Jesus foi conduzido para Jerusalém, preso por determinação das leis civis judaicas e romanas, e pelas leis civis romanas, *“foi condenado num julgamento injusto e mentiroso; entre o seu povo ninguém foi capaz de imaginar porque ele foi morto – o castigo dos pecados deles! Morreu como um criminoso”* (Is 53:8, 9, BV).

Este detalhe do julgamento de Jesus, certamente foi a questão decisiva atuando sobre as convicções dos anjos não caídos e dos habitantes de outros mundos. Satanás acusara a Deus de que Suas leis não eram justas nem amorosas. A paciência e a tolerância de Deus foram contrastadas com o ódio e a crueldade de Satanás. Enquanto Deus aguarda a revelação de toda a justiça na condenação de Satanás, este revelou toda a sua malignidade em um julgamento apressado, *“injusto e mentiroso”*, reconhecido como tal, por aqueles que conduziram e executaram a Sua condenação.

Para a perfeita e cabal vindicação do caráter de Deus, em face da acusação infundada de Satanás, o cumprimento deste ponto do i da lei civil não podia ser suprimido.

JESUS E A LEI (NÓMOS). Ellen G. White fez uma declaração muito significativa sobre a vida pré-determinada de Jesus: *“Cristo, na Sua vida sobre a terra, não fez planos para Si mesmo. Aceitou os planos de Deus a Seu respeito, e dia após dia lhos fazia conhecer”* (CBV, p. 428).

Jesus falando da missão de Sua vida pré-determinada, declarou: *“não pensem que vim revogar a Lei (nómon) ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir”* (Mt 5:17, NAA).

Desde o Seu nascimento até a Sua morte e ascensão, a vida de Jesus seguiu o caminho predito pelos profetas e tipificado pelos serviços do santuário.

Ele nasceu como predito, fruto de uma concepção virginal: *“Tudo isto aconteceu para que se cumprisse o que o Senhor dissera pelo profeta: A virgem ficará grávida e dará à luz um filho, e lhe chamarão Emanuel, que significa ‘Deus conosco’”* (Mt 1 22, NVI).

Foi apresentado ao Senhor como o primogênito e circuncidado seguindo a determinação da lei das cerimônias: *“Completando-se os oito dias para a circuncisão do menino. [...] de acordo com a Lei (nómon) de Moisés, José e Maria o levaram a Jerusalém para apresentá-lo ao Senhor (como está escrito na Lei (nómu) do Senhor: ‘Todo primogênito do sexo masculino será consagrado ao Senhor’.) [...] Depois de terem feito tudo o que era exigido pela lei (nómon) do Senhor, voltaram para a sua própria cidade”* (Lc 2:21-23 e 39, NVI).

O evangelista Lucas usa a palavra “nómon”, para dizer que segundo determinava esta lei, Jesus foi circuncidado. A circuncisão era um rito ordenado e orientado pela lei cerimonial. Portanto, no oitavo dia de Sua vida, Jesus cumpriu a ordenança desta lei cerimonial.

O batismo de Jesus ou a Sua unção para o cumprimento da Sua missão como o Salvador, foi predito pelo profeta Daniel para o final do período das setenta semanas. João Batista questionou Jesus-, mas Ele respondeu: *“Convém que assim façamos, para cumprir toda a justiça”* (Mt 4:15, NVI). Cumprir tudo o que a Seu respeito estava escrito.

No serviço típico do santuário, o pecador, para obter o perdão e ser declarado justo, recorria ao sacrifício de inocente animal acompanhado dos ritos cerimoniais. Todo este ritual era executado com inteira fé na graça de Deus. O animal que morria em favor do pecador, tipificava Cristo. O perdão era obtido não pela fé no animal, mas pela fé em Quem ele tipificava. Todo o processo fundamentava-se na graça tipificada, apontando para o verdadeiro e real sacrifício da graça – Jesus. Cumprido o ritual, o suplicante retornava para casa, jubiloso, sentindo-se reconciliado com Deus, o Pai, de quem se separara pela transgressão da lei moral.

O que aconteceu com o serviço espiritual israelita é que as lideranças encontraram nele uma lucrativa fonte monetária. Buscando a riqueza material,

desvirtuaram o sistema e perderam de vista as riquezas espirituais, desprezando a Pérola de grande preço. O perdão e a justificação eram oferecidos mediante os sacrifícios de animais, sem a fé no verdadeiro centro – Cristo, o Cordeiro de Deus.

Este fato está muito evidente nas duas vezes em que Jesus expulsou os mercadores espirituais do templo. A primeira, no início do Seu ministério e a segunda, nos últimos dias. O ato de Jesus estava ligado aos animais típicos, vendidos por preços extorsivos, com o ensino de que por meio desses sacrifícios obtinham o perdão e a justificação de seus pecados contra a lei moral. Obliteravam, no entanto, o profundo significado típico desses animais, não ensinando a fé no verdadeiro sacrifício pelos pecados na morte expiatória de Cristo. Consequentemente, quando Jesus veio, não foi reconhecido como o Cordeiro de Deus.

A visão espiritual do escolhido povo de Deus, estava completamente obscurecida, e não percebia e nem compreendia as grandes verdades ensinadas pelo cerimonialismo. O formalismo religioso vedara-lhe os olhos da fé. *“Veio para o que era Seu, e os seus não O receberam”* (Jo 1:11, NAA). Não houvera isso acontecido e a vinda do Messias teria sido recebida e aclamada na mais indescritível explosão de alegria.

A purificação do templo aconteceu em cumprimento da profecia de Isaías e representou a condenação da salvação por meio de rituais sem Cristo e a proclamação da salvação pela fé na graça de Cristo: *“E os ensinava, dizendo: ‘Não está escrito: ‘A minha casa será chamada casa de oração para todos os povos?’ Mas vocês fizeram dela um covil de ladrões”* (Mc 11:17, NVI).

O clímax do cumprimento da lei ‘nómos’ e dos profetas. O grande conflito cósmico espiritual estava chegando ao seu clímax. A batalha decisiva estava para ser travada. Nestas cenas finais da vida de Jesus em Sua missão como Salvador, uma ideia é impressionante: somente Ele sabia o que tudo aquilo significava. Outra ideia é igualmente impressionante: multidões se aglomerando em torno dEle e, aclamando-O como o rei de Jerusalém, desconhecendo que ali em sua presença estava o Rei do Universo. Multidões oprimidas pela tirania humana, aclamando a grande esperança de sua libertação, quando apenas um,

o centro de todas as aclamações, sabia que a batalha que O aguardava e para a qual viera ao mundo era a batalha decisiva do conflito cósmico espiritual. O Príncipe do Céu e o príncipe deste mundo estavam se preparando para este momento dramático e nenhum ser humano conseguiu tomar consciência sobre este fato.

No entanto, Jesus mesmo falara várias vezes para os discípulos de Sua verdadeira missão: *“Mas tenho que passar por um batismo, e como estou angustiado até que ele se realize”* (Lc 12:50, NVI).

Também advertiu as lideranças espirituais e as multidões pelo total desconhecimento da luz profética: *“Hipócritas! Vocês sabem interpretar o aspecto da terra e do céu. Como não sabem interpretar o tempo presente?”* (Lc 12:56, NVI).

Pouco antes de sair do cenáculo para o Getsêmani, onde iniciaria a batalha decisiva do grande conflito cósmico espiritual, mais uma vez advertiu os discípulos sobre o cumprimento dos acontecimentos em Sua missão: *“Está escrito: ‘E ele foi contado com os transgressores’, e eu lhes digo que isso precisa cumprir-se em mim. Sim, o que está escrito a meu respeito está para se cumprir”* (Lc 22:37, NVI).

O conflito cósmico entre Cristo e Satanás, é o conflito de conceitos certos contra errados; verdade contra engano; equidade contra iniquidade; harmonia com Deus contra desarmonia com Deus. Portanto, o conflito é travado por confrontação de ideias, na mente.

A partir do Getsêmani, Jesus enfrentou sozinho as batalhas decisivas deste conflito como predito pelos profetas: *“Eu pisei sozinho no lagar, e ninguém do meu povo estava comigo”* (Is 63:3, PIBR).

Sentindo a cruel dramaticidade do conflito, pediu para os discípulos: *“Fiquem aqui e vigiem comigo”* (Mt 26:38, NVI). Porém, os discípulos dormiram e Ele ficou sozinho nesta luta mental espiritual. *“De novo sentira Ele o anseio da companhia, de algumas palavras dos discípulos, que trouxessem alívio e quebrassem o encanto das trevas que quase O venciam. [...] Sua angústia mental, não a podiam compreender. ‘O Seu parecer estava tão desfigurado,*

mais do que o dos outros filhos dos homens'. [...] Não orava agora pelos discípulos, para que a fé deles não desfalecesse, mas por Sua própria alma assediada de tentação e angústia. O tremendo momento chegara – aquele momento que decidiria o destino do mundo. Na balança oscilava a sorte da humanidade. Cristo ainda podia, mesmo então, recusar beber o cálice reservado ao homem culpado” (DTN, p. 690).

Podia recusar beber o cálice, porém, a sentença de condenação eterna cairia sobre o homem culpado; a missão e o propósito de Sua vinda seriam proclamados vencidos e falidos pelas hostes do reino das trevas; Satanás seria justificado em Sua afrontosa acusação contra Deus, e o pecado e o mal seriam perpetuados. Somente o cumprimento pleno da missão tipificada na lei do santuário e predita pelos profetas satisfaria a justiça de Deus para salvar o homem pecador.

Esta a razão porque o conflito se tornou tão terrível, medonho para Cristo, arrancando de Seus lábios a súplica: *“Meu Pai se for possível, afasta de mim, este cálice; contudo, não seja como eu quero, mas sim como tu queres”* (Mt 26:39, NVI).

Para cumprir a missão e o propósito da Sua vinda, tudo o que a lei, *“torah, nómos”*, e os profetas determinaram não podia ser revogado, mas teria de ser cumprido. O cálice do Calvário não pôde ser afastado, porque estava tipificado na lei do cordeiro substituto do santuário e predito pelos profetas.

“O Getsêmani representa dois fatos fundamentais: primeiro, uma tentativa violenta de Satanás de desviar Jesus de Sua missão e propósito; e, em segundo lugar, o mais nobre exemplo de confiança na força de Deus para que a Sua vontade e propósito fossem realizados. [...] Todas as hostes de Satanás estavam arregimentadas contra Jesus” (Lição da Escola Sabatina, Abril-Junho, 2015, Professor, p. 160).

Entre os homens, o Filho do Homem era o único observando e compreendendo toda a movimentação de seres humanos visíveis, de poderosos anjos celestiais e furiosas hostes das trevas, invisíveis se concentrando no campo de batalha para a luta espiritual sem precedentes. Todo o cenário de

guerra estava montado em Jerusalém. *“Eu pisei sozinho no lagar, e ninguém do meu povo estava comigo”* (Is 63:3, PIBR).

Pela inspiração é comunicada a ideia de que nem mesmo os anjos entendiam os comoventes momentos que precisavam acontecer para cumprir a lei e os profetas: *“Não havia alegria no Céu. Os anjos lançaram de si as suas coroas e harpas, e com o mais profundo interesse observavam silenciosamente a Jesus. Desejavam cercar o Filho de Deus, mas o anjo comandante não lhes permitiu, para que não acontecesse, ao contemplarem eles Sua traição, que O livrassem; pois o plano tinha sido formulado e deveria cumprir-se”* (HR, p. 210).

Quando Pedro sacou a sua espada e golpeou o servo do sumo sacerdote, Jesus ordenou que guardasse a espada, declarando: *“Você acha que eu não posso pedir a meu Pai, e ele não colocaria imediatamente à minha disposição mais de doze legiões de anjos?”* (Mt 26:53, NVI).

Comentando este acontecimento da hora de Sua prisão, Ellen G. White declarou: *“Vi que, ao serem faladas estas palavras, os rostos dos anjos se animaram com esperança. Desejavam naquele momento, ali mesmo, rodear seu Comandante e dispersar a turba irada. Mas, de novo a tristeza caiu sobre eles, quando Jesus acrescentou: ‘Como, pois, se cumpririam as Escrituras, segundo as quais assim deve suceder?’ S. Mateus 26:53 e 54”* (HR, p. 211).

No momento de Sua prisão declarou: *“Todos os dias eu estive com vocês, ensinando no templo, e vocês não me prenderam. Mas as Escrituras precisam ser cumpridas”* (Mc 14:49, NVI).

Os profetas ao longo dos séculos predisseram todos estes dramáticos acontecimentos. Porém, *“quem creu em nossa mensagem?”* (Is 53:1, NVI).

Isaías fez uma descrição fascinante desta batalha espiritual: *“Quem é, pois, este que vem de Edom, de Bosrá, com carmesim em suas vestes, inflando o peito sob a sua veste, arcado pela intensidade da sua força? Sou eu, que falo de justiça, que instauró processo para salvar. [...] Em meu coração, era dia de vingança, chegara o ano de executar a minha redenção. Eu olhei: nenhuma ajuda! Fiquei desolado: nenhum apoio. Então o meu braço me salvou e o meu*

furor foi o meu apoio. Esmaguei os povos, na minha cólera, Eu os embriaguei, no meu furor: o prestígio deles, fiz cair por terra” (Is 63:1-6, TEB).

As vestes do grande combatente, o “*Descendente da mulher*”, o Filho do Homem, e o “*Príncipe do Céu*”, o Filho de Deus, foram tintas de vermelho, porque o Seu sangue foi derramado, “*porque aquilo que a Lei ‘nómu’ (das cerimônias) fora incapaz de fazer, [...] Deus o fez, enviando seu próprio Filho, à semelhança do homem pecador, como oferta pelo pecado. E assim condenou o pecado na carne, a fim de que as justas exigências da Lei ‘nómu’ (lei moral) fossem plenamente satisfeitas em nós*” (Rm 8:4, NVI), na Pessoa do Filho do Homem. Cumprindo a justiça exigida, por meio da Sua justiça instaurou o processo para resgatar e salvar pecadores. Naquela memorável batalha, sozinho, contra todas as hostes das trevas, iniciada no horto do Getsêmani, continuando nos julgamentos injustos e mentirosos dos tribunais presididos por humanos e culminando com o Gólgota sangrento, a justiça exigida pela lei moral, foi satisfeita, o plano da Redenção executado e a vingança contra o autor da rebelião do pecado foi proclamada em triunfante aclamação pelo Universo: “*Como caíste do céu, ó estrela da alva, filho da aurora! Como foste atirado à terra, vencedor das nações!*” (Is 14:12, BJ).

No entanto neste momento decisivo da batalha, “*todos o abandonaram e fugiram*” (Mc 14:50, NVI).

Quando se sentiu só, sem ajuda e sem apoio, então o Seu amor pelo pecador e o ódio contra o pecado, agigantaram a Sua determinação de restaurar o domínio corrompido pela injustiça da temporalidade do pecado, e esmagar a cabeça da serpente, Satanás, condenando-o e destinando-o à destruição eterna.

No momento mais crucial desta luta, ficou sozinho, contra todas as hostes demoníacas, para cumprir o que estava predito pelo salmista Davi, “*Jesus bradou em alta voz: ‘Meu Deus! Meu Deus! Por que Me abandonaste?’*”! (Mt 27:46, Sl 22:1, NVI).

Ele veio para cumprir tudo o que a lei “nómos” e os profetas determinaram e disseram, e sabia disso. No momento aprazado pediu para os discípulos trazer

um jumentinho, para que se cumprisse o que estava predito: fosse aclamado com grande alegria e depois sozinho pisasse o campo de batalha (Zc 9;9 e Lc 19:30-38).

Morte na hora pré-estabelecida. Vindo como o Messias, em cumprimento das leis: moral, cerimonial, sacerdotal e civil, a morte de Jesus ocorreu no exato momento definido pelo eterno conselho da Trindade, quando o plano da salvação foi estabelecido. Era a hora em que o sacrifício da tarde estava começando a ser preparado. *"Ao irromper dos lábios de Cristo o grande brado: 'Está consumado', oficiavam os sacerdotes no templo. Era a hora do sacrifício da tarde. O cordeiro, que representava Cristo, fora levado para ser morto. Trajando o significativo e belo vestuário, estava o sacerdote com o cutelo erguido, qual Abraão quando prestes a matar o filho. Vivamente interessado, o povo acompanhava a cena. Mas eis que a terra treme e vacila; pois o próprio Senhor se aproxima. Com ruído rompe-se de alto a baixo o véu interior do templo, rasgado por mão invisível, expondo aos olhares da multidão um lugar dantes pleno da presença divina. [...] Tudo é terror e confusão. O sacerdote está para matar a vítima; mas o cutelo cai-lhe da mão paralisada, e o cordeiro escapa. O tipo encontrara o antítipo por ocasião da morte do Filho de Deus. Foi feito o grande sacrifício. Acha-se aberto o caminho para o santíssimo. Um novo, vivo caminho está para todos preparado. Não mais necessita a pecadora, aflita humanidade esperar a chegada do sumo sacerdote. Daí em diante, devia o Salvador officiar como Sacerdote e Advogado no Céu dos Céus"* (DTN. p. 756, 757).

O diabo empenhou-se com todas as forças e artimanhas para induzir Jesus a pecar ou de alguma forma levá-Lo à morte antes ou depois da "hora" determinada pelo ritual do santuário, marcada no relógio de Deus: *"Satanás dirigia a cruel massa nos maus tratos ao Salvador. Era seu desígnio provocá-Lo, se possível, à represália, ou levá-Lo a realizar um milagre para Se libertar, frustrando assim o plano da salvação. [...] Grande foi a ira de Satanás, ao ver que todos os maus tratos infligidos ao Salvador não Lhe forçaram os lábios a soltar uma só queixa. Embora houvesse tomado sobre Si a natureza humana, era sustido por uma força divina, e não Se apartou num só ponto da vontade do Pai [...]"* (DTN. p. 734, 735. (Destaque acrescentado).

Quando Jesus deu o brado: *“Está consumado”*, teve a absoluta certeza de que tudo estava concluído como fora definido na eternidade, tipificado no santuário e predito pelos profetas.

“Posto que Ele tivesse tomado sobre Si a natureza do homem, foi sustentado por uma divinal fortidão, e não se afastou na mínima coisa da vontade de Seu Pai” (HR, p. 219).

“Jesus não entregou Sua vida até que tivesse cumprido a obra que viera fazer; e exclamou em Seu derradeiro alento: ‘Está consumado!’ Os anjos se alegraram quando estas palavras foram proferidas, pois o grande plano da redenção estava sendo triunfalmente executado. Houve alegria no Céu de que os filhos de Adão pudessem agora, mediante uma vida de obediência, ser elevados finalmente à presença de Deus. Satanás foi derrotado, e sabia que seu reino estava perdido” (HR, p. 27).

Deste sacrifício, Deus declarou: *“Tenham cuidado da minha oferta, do meu alimento para as minhas ofertas queimadas, do aroma agradável, para me trazer essas ofertas no tempo determinado”* (Nm 28:2, NAA).

Este era o sacrifício contínuo, tipificando a eterna e permanente graça de Deus em favor do pecador. Jesus morreu na hora exata deste sacrifício em cumprimento do que era ensinado pelo ritual do santuário. Ele é o sacrifício da eterna aliança, oferecendo a eterna graça de Deus. Jesus havia declarado no início do Seu ministério qual era a Sua missão e para cumpri-la não podia omitir coisa alguma do que determinavam a lei e os profetas. Mesmo os detalhes dos *“mandamentos menores”*, não foram suprimidos, para *“cumprir toda a justiça”* (Mt 3:15, NAA), para realizar o plano da salvação.

Cumprindo tudo que estava tipificado e predito. A falsa expectativa assim permaneceu e alimentou as esperanças dos discípulos e da multidão, até o maior e mais amargo desapontamento com a cruenta batalha da sexta-feira. Com o glorioso amanhecer da ressurreição Jesus mudou o rumo das expectativas: *“Ele lhes disse: ‘Como vocês custam a entender e como demoram a crer em tudo o que os profetas falaram! Não devia o Cristo sofrer estas coisas, para entrar na sua glória?’”* (Lc 24:25, 26, NVI).

Junto à sepultura de Jesus, o anjo que ali estava para comunicar a mensagem da Sua ressurreição, fez uma advertência para as mulheres, em forma de lembrança do ensino de Jesus: *“Quando disse: Importa que o Filho do Homem seja entregue nas mãos de pecadores, e seja crucificado, e ressuscite no terceiro dia”* (Lc 24:7, ARA). Assim como estava predito, fundamentado nos serviços do santuário e nas mensagens dos profetas, assim aconteceu.

Para os discípulos no caminho de Emaús, no entardecer do dia da Sua ressurreição, Jesus declarou: *“Era necessário que se cumprisse tudo o que a meu respeito está escrito na Lei (nómu) de Moisés, nos Profetas e nos Salmos”* (Lc 24: 44, NVI).

A declaração de Jesus feita no sermão da montanha é muito usada para confirmar a perpetuidade e imutabilidade da lei moral. O argumento é interessante, mas não é o centro da declaração de Jesus. No sermão da montanha, Jesus está expondo os fundamentos espirituais e morais do Seu Reino que veio restabelecer neste mundo. Então declarou que esta Sua missão teve a sua sequência estabelecida na eternidade, foi predita nos serviços da lei do santuário e pelos profetas, e de tudo o que está escrito nenhum ponto de i, absolutamente nada, poderia ser omitido no cumprimento desta missão.

Jesus, o Deus eterno, onipotente, onipresente, onisciente, presciente, conhecendo todo o passado e todo o futuro, desceu a este mundo para assumir a natureza humana e viver como humano, em inteira dependência da vontade do Pai, cumprindo cada detalhe escrito determinando a Sua caminhada em direção ao clímax: a cruz. Antes de retornar para o Pai, depois da missão cumprida, declarou que viveu exatamente como estava escrito nas Escrituras, para que tudo recebesse a confirmação de ser verdadeiro e inquestionável a respeito da Sua messianidade.

Nas declarações de Jesus, dizendo que *“sem que tudo haja sido cumprido”*, e, *“era necessário que se cumprisse tudo o que a meu respeito está escrito na Lei (nómu) de Moisés, nos Profetas e nos Salmos”*, encontramos um fato inédito, inusitado. Os acontecimentos da Sua vida foram determinados na eternidade e escritos séculos, milênios antes de serem vividos. O que significa

que os grandes acontecimentos históricos e mesmo detalhes aparentemente de pequena importância da vida de Jesus foram escritos pelos profetas, em suas predições, antes de acontecerem. Depois de acontecidos, tornaram-se a história da Sua vida.

Desde o Seu nascimento *“tudo aconteceu para que se cumprisse o que o Senhor dissera pelo profeta”* (Mt 1:22, NVI), até a Sua morte e ressurreição, *“era necessário que se cumprisse tudo o que a meu respeito está escrito na Lei (nómu) de Moisés, nos Profetas e nos Salmos”* (Lc 24:44, NVI).

Do Seu nascimento à Sua morte e ressurreição, Jesus nada revogou, mas cumpriu tudo o que está escrito *“na lei (nómon) e nos profetas”* (Mt 5:17).

No sermão da montanha, Jesus declarou a respeito de Sua missão relacionada com tudo o que a lei, “torah”, determinava, tudo o que o ritual do santuário tipificava e tudo o que os profetas predisseram, que nada poderia ser revogado ou suprimido, mas tudo seria cumprido para a realização da missão do plano redentor.

Assim aconteceu em todos os detalhes de Sua vida até a vitoriosa e gloriosa recepção junto ao trono do Deus eterno.

No Salmo 16 é declarado: *“Por isso o meu coração se alegra e no íntimo exulto; mesmo o meu corpo repousará tranquilo, porque tu não me abandonarás no sepulcro, nem permitirás que o teu santo sofra decomposição”* (Sl 16:9 e 10, NVI).

As mulheres, que na madrugada do primeiro dia da semana se dirigiram para o sepulcro com o propósito de depositar especiarias aromáticas sobre o corpo de Jesus, por desconhecer tudo o que está escrito a respeito da Sua missão, tiveram uma decepção e uma incontida alegria, mesmo sem compreender a grandeza do significado do acontecimento: Jesus ressuscitou.

Se este ato predito pelas Escrituras houvesse falhado e as mulheres O tivessem encontrado repousando na tumba, toda a Sua missão teria sido um fracasso completo e não teríamos o cumprimento da predita gloriosa aclamação: *“Abram-se, ó portais; abram-se, ó portas antigas, para que o Rei da gloria entre.*

Quem é esse Rei da glória? O Senhor dos exércitos; ele é o rei da glória! [Pausa]” (Sl 24:9 e 10, NVI).

Se naquela madrugada Jesus fosse encontrado morto na sepultura onde O depositaram na sexta-feira à tarde e não tivesse ressuscitado, inútil seria a nossa fé, e ainda estaríamos em nossos pecados (1Co 15:17), sem nenhuma esperança, e seríamos *“de todos os homens, os mais dignos de compaixão”* (1Co 15:19, NVI). No entanto, assim como as cerimônias do santuário tipificavam, na hora do sacrifício da tarde, do cordeiro pascal, depôs a Sua vida sobre o altar como o único e perfeito sacrifício para remover os pecados de todos os que nEle creem. Tal como indicava a alegria da festa das primícias, ressurgiu triunfante e em glória, como *“as primícias dentre aqueles que dormiram”* (1Co 15:20, NVI).

Verdadeiramente é significativa a declaração de Jesus que ilumina e certeza de Sua messianidade: *“Não penseis que vim suprimir a Lei (nómon) ou os profetas: não vim suprimir, mas cumprir. Pois em verdade eu vos declaro, antes que passem o céu e a terra, não passarão da lei (nómon) um i nem um ponto do i, sem que tudo haja sido cumprido”* (Mt. 5:17 e 18, TEB).

Sem culpa, mas condenado. Ainda analisando a esclarecedora declaração de Jesus em Seu sermão proferido na montanha, observemos outros detalhes que tiveram cumprimento confirmando a certeza de Sua missão.

Jesus foi julgado e condenado, pela lei civil romana. No entanto, um detalhe impressiona de que nenhum um ponto do i poderia ser omitido no cumprimento da lei. Por cinco vezes, *“disse Pilatos aos principais sacerdotes e às multidões: Não vejo neste homem crime algum”* (Lc 23:4, ARA), ou expressão similar; 2ª: v. 14; 3ª: v. 22, Mt 27:23 e Mc 15:14; 4ª: Mt 27:24; 5ª: Jo 19:4). Perante a lei civil romana Jesus é declarado justo e inocente.

A mulher de Pilatos enviou-lhe uma mensagem: *“Não se envolva com este inocente [...]”* (Mt 27:19, NVI). *“Desde o princípio Pilatos estava convencido de que Jesus não era um homem comum. Cria que tinha um excelente caráter, e inteiramente inocente das acusações feitas contra Ele. Os anjos que testemunhavam a cena notaram as convicções do governador romano, e, para salvá-lo de se empenhar no terrível ato de entregar a Cristo para ser crucificado,*

um anjo foi enviado à mulher de Pilatos, e informou-a por meio de um sonho de que o Filho de Deus era aquele em cujo processo seu marido estava empenhado, e era um inocente sofredor. Ela imediatamente mandou um recado para Pilatos. [...] Ao lê-la, tremeu e ficou pálido, e logo resolveu nada ter que ver com tirar a vida de Cristo. Se os judeus quisessem o sangue de Jesus, ele não prestaria sua influência para tal, antes trabalharia para O livrar” (PE, p. 173).

Nem a liderança espiritual judaica, nem Pilatos, nem a turba insana sabiam o que estava acontecendo, porque estava acontecendo e o que eles estavam fazendo. Satanás e seus demônios sabiam o que estava acontecendo e porque incitavam Caifás, o sacerdócio, Pilatos e a turba desvairada para condenar Jesus à morte. Julgavam manter *“para sempre fechado o túmulo que guardava o Filho de Deus”* (DTN, p. 779), evitando assim o cumprimento da Escritura: o Descendente da mulher *“lhe ferirá a cabeça”* (Gn 3:15, NAA. *“Te esmagará a cabeça”* (BJ).

O centurião romano, que comandou a execução, reconheceu com profunda emoção: *“Certamente este homem era justo”*. E: *“Verdadeiramente este era o Filho de Deus”* (Lc 23:47 e Mt 27:54, NVI). Sete vezes Jesus é declarado inocente, sem culpa, e no momento de Sua morte é reconhecido como o Filho de Deus, o sacrifício da graça do Deus justo e amoroso, para cumprir a justiça exigida contra o homem culpado. João Batista anunciou Jesus como o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo, e pelo centurião romano a morte de Jesus foi reconhecida como o sacrifício de Deus em favor do pecador, como uma dádiva e não como uma condenação.

O Seu sacrifício teria de ser perfeito, sem uma única mancha de culpa. Ele não poderia ser condenado e morrer como culpado, porque então, não seria o sacrifício perfeito e não poderia pagar o preço do resgate pelo pecador. Ele entregou a Sua vida como o Filho do Homem, porque nenhum outro nome é dado entre os anjos e os homens que pudesse tornar real a redenção.

Para tornar real a redenção era inquestionável cumprir a lei das cerimônias, o plano da redenção tipificado; cumprindo a justiça da lei moral *“a fim de que as justas exigências da Lei (nómu) fossem plenamente satisfeitas em nós”* (Rm 8:4, NVI), na Pessoa do Filho do Homem.

Na morte de Jesus, a sentença da lei moral foi cumprida, porém, a lei, não foi abolida. Na morte de Jesus a lei cerimonial do substituto típico foi cumprida na morte do Substituto real, antitípico, declarando sem valor a morte e ação do animal substituto típico

Ele morreu como o Filho do Homem cumprindo as *“as justas exigências da Lei (nómu)”*, moral, para nos oferecer graça, perdão, justificação, reconciliação e salvação. *“Cristo satisfaz as exigências da lei em Sua natureza humana. [...] Cristo se tornou nosso sacrifício e fiador. Ele se tornou pecado por nós, para que nós pudéssemos, através dEle, receber a justiça de Deus. Pela fé em Seu nome, Ele imputa em nós Sua justiça, e ela se torna um princípio vivo em nossa vida”* (O Senhor Justiça Nossa, p. 86, 88).

O que era impossível efetivar pelo ato legal da lei cerimonial, *“porque aquilo que a Lei (nómu) (cerimonial) fora incapaz de fazer”* (Rm 8:3), tirar os pecados, *“pois é impossível que o sangue de touros e bodes tire pecados”* (Hb 10:4, NVI), porque os sacrifícios oferecidos repetidamente *“nunca podem remover os pecados”* (Hb 10:11, NVI), *“Deus o fez, enviando seu próprio Filho, à semelhança do homem pecador, como oferta pelo pecado. E assim condenou o pecado na carne, a fim de que as justas exigências da Lei (nómu) (moral) fossem plenamente satisfeitas em nós”* (Rm 8:3 e 4, NVI).

O ato da justa sentença da lei moral executado em Jesus, que veio ao mundo *“à semelhança do homem pecador”* é reconhecido por Deus como *“plenamente satisfeito em nós”*, que somos o transgressor culpado.

Se Jesus não cumprisse todos os detalhes da lei, o Pentateuco, os Salmos e os Profetas, não poderia ser o Salvador, porque não seria o Messias tipificado no simbolismo do santuário e predito nas mensagens proféticas.

JESUS, NÃO REVOGANDO, MAS MAGNIFICANDO A LEI

A eternidade da lei. O salmista que escreveu o maravilhoso Salmo 119, faz as seguintes declarações em relação à lei: *“A Tua justiça é eterna, e a Tua lei é a própria verdade. [...] Eterna é a justiça dos Teus testemunhos”* (Sl 119:142, 144 ARA).

É importante observar que para lei o salmista usa a palavra “torah”, envolvendo toda a Escritura Sagrada, o que significa que todos os conceitos da “torah”, lei, são eternos, incluindo a lei moral, os Dez Mandamentos.

A essência dos conceitos morais é a mesma para todo o Universo de Deus, ainda que a sua enunciação possa ter alternativas.

Precisamos entender que os conceitos morais para uma comunidade “*onde habita a justiça*” (2Pe 3:13, NVI), têm a mesma essência de uma comunidade contaminada pelo pecado, mas o seu enunciado corresponde à comunidade que regem.

Alguém, pergunta irônico: qual o dia sagrado para os anjos no Céu? A Escritura Sagrada nada diz sobre essa questão. No entanto, se Deus definiu para os anjos, um período de tempo como especificamente separado para adoração e comunhão, com toda a certeza é respeitado.

O salmista, rei Davi, declarou que os anjos executam as ordens de Deus e obedecem à Sua palavra. “*Bendizei ao Senhor todos os seus anjos, valorosos em poder, que executais as Suas ordens, e Lhe obedecéis a palavra*” (Sl 103:20, ARA).

Quando Lúcifer, na eternidade, se rebelou contra Deus e seu governo, ele deu origem aos atos que passaram a ser qualificados de pecado. Declarou a respeito, o profeta Ezequiel: “*Perfeito eras nos teus caminhos, desde o dia em que foste criado, até que se achou iniquidade em ti. [...] Se encheu o teu interior de violência, e pecaste*” (Ez. 28:15, 16, ARA).

O pecado de Lúcifer foi um ato de rebelião contra Deus e o rompimento do relacionamento de amor e confiança. Mas o que foi que acusou e evidenciou o pecado de Lúcifer?

Lúcifer deixou de “*executar as ordens de Deus, e Lhe obedecer a palavra*”. Para a comunidade dos anjos no Céu, as “*ordens e a palavra de Deus*”, são a lei.

Com um pouco de criatividade podemos dizer que com o ato de rebeldia, Lúcifer quebrou todos os conceitos morais dos Dez Mandamentos, ainda que

sua enunciação não fosse a que conhecemos. Quebrou o primeiro mandamento, apresentando-se como outro Deus; o segundo, idolatrando-se; o terceiro, profanando o nome de Deus; o quarto, desafiando o poder e a autoridade divina; o quinto, desonrando o Pai; o sexto, lançando a morte sobre a terça parte dos anjos; o sétimo, adulterando o amor, a justiça e a santidade de Deus; o oitavo, furtando a glória exclusiva de Deus; o nono, mentindo contra Deus para os anjos e o décimo, cobiçando a propriedade e o domínio que unicamente pertencem a Deus.

Adão e Eva cometeram o pecado de maneira idêntica ao de Lúcifer, com uma diferença fundamental: Lúcifer permitiu que a rebelião nascesse em seu coração; Adão e Eva foram tentados e induzidos por Satanás para desobedecer às *“ordens e a palavra de Deus”*: *“e o Senhor Deus ordenou ao homem: de toda a árvore do jardim você pode comer livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal você não deve comer, no dia em que dela comer, você certamente morrerá”* (Gn 2:16, 17, NAA). A obediência ou a desobediência a esta ordem, a esta lei, determinava a vida ou a morte.

Em relação ao conhecimento e a compreensão dos conceitos morais, no jardim do Éden, Ellen G. White, escreveu: *“Adão e Eva, ao serem criados, tinham conhecimento da lei de Deus; estavam familiarizados com os reclamos da mesma relativamente a si; seus preceitos estavam escritos em seu coração”* (PP, p. 363).

Adão e Eva receberam os conceitos morais dos Dez Mandamentos em todo o seu real significado, ainda que transmitida em forma escrita apenas no Sinai.

A desobediência à ordem da palavra de Deus, a lei moral, condenou o ser humano à morte. *“Portanto, assim como por um só ser humano entrou o pecado no mundo, e pelo pecado veio a morte, assim também a morte passou a toda a humanidade, porque todos pecaram”* (Rm 5:12, NAA).

Deus confrontou a eternidade e imutabilidade da Sua lei, que é a transcrição, o retrato fiel e perfeito do Seu caráter, com o problema do pecado, que é a rebelião contra o Seu caráter.

Se em algum momento Deus decidisse revogar a lei ou parte dela, declararia absolvido a Lúcifer de sua rebelião e de seu pecado, negaria a Sua onipotência, onisciência, onipresença, presciência e todos os atributos de Seu caráter que O identificam e qualificam como o Deus eterno, e aceitaria a perpetuação do pecado.

Esta era a aspiração e o propósito de Satanás: *“subirei mais alto que as mais altas nuvens; serei como o Altíssimo”* (Is 14:14, NVI).

Quando a comunidade humana foi envolvida pelo problema do pecado, durante dois mil e quinhentos anos os conceitos morais e os conceitos do plano da salvação foram transmitidos oralmente de geração em geração. Como o modelo que serviu para gerar as cópias, estava gravado no coração de Adão e Eva, as cópias seguem a sucessão ininterrupta das gerações. Com o povo de Israel, acampado junto ao monte Sinai, Deus instruiu Moisés para escrever os conceitos do plano da salvação e os conceitos morais em forma de livro, que se tornou o fundamento da “torah”, o livro da lei. Este fundamento, receberia ao longo de séculos os escritos dos profetas e dos Salmos, tornando-se o cânon sagrado do Velho Testamento.

Também no Sinai, Deus codificou e redigiu os conceitos morais em Dez Mandamentos, que formam a lei moral, por Ele mesmo escritos em duas tabuas de pedra.

Deus engrandeceu a lei por meio de Jesus. Na mente do profeta Isaias, o Senhor colocou essas palavras a respeito da Sua lei, “torah”, e elas aplicam-se à maneira de Jesus apresentá-la para os seus ouvintes, vivê-la em Seu relacionamento para com o Pai e com a família humana, e cumpri-la em Sua missão como o Redentor: *“Foi do agrado do Senhor, por amor da Sua própria justiça, engrandecer a lei (torah) e torná-la gloriosa”* (Is 42:21, NAA). A Tradução Ecumênica da Bíblia verte o texto: *“O Senhor se comprouve, por causa da sua justiça, em tornar a Lei (torah) grande e magnífica”*.

A palavra hebraica traduzida por lei, é “torah”, que os escritores do Novo Testamento traduziram para “nómos”, no grego, e ela designa toda a Escritura do Velho Testamento, mas com maior frequência, o Pentateuco. Para designar

os mandamentos da lei moral, o hebraico usa a palavra “mitzvot”, e o grego: ‘entolé’. No texto em análise é usada a palavra “torah”. Este detalhe é importante para a compreensão de sua aplicação à missão de Jesus na realização do plano da salvação.

Deus é justiça. É justiça absoluta, inquestionável. Por causa da Sua justiça Deus não pode revogar as revelações, ensinamentos e instruções que transmitiu para os Seus servos, os profetas, determinando como Ele executaria o plano da salvação.

Não pode revogar nada do que estabeleceu como o roteiro do Seu programa para libertar o homem do poder da escravidão de Satanás, e restaurar o mundo ao Seu domínio, destruindo Satanás e seus demônios sem agredir a perfeição holística do Seu caráter. Jesus *declarou*: “*Não vim para revogar; mas para cumprir*” Mt 5:17, NAA). É o único caminho da missão, o caminho da justiça.

Jesus Engrandeceu a lei “torah”. Se Jesus revogasse a lei, a “torah”, ou os profetas, significaria revogar o Pentateuco; revogar o sacrifício do cordeiro substituto da era patriarcal; revogar todo o ritual do santuário com os seus serviços e sacrifícios típicos do plano da salvação; revogar tudo o que os profetas revelaram sobre o plano da salvação; revogar a Sua missão como o Salvador; enfim, revogar tudo o que foi escrito para o nosso ensino para fortalecer a nossa esperança. Seria, abolir o plano da salvação.

Entretanto, Jesus fez a decisiva declaração: “*Digo-lhes a verdade: enquanto existirem céus e terra, de forma alguma, desaparecerá da Lei (nómon) a menor letra, ou o menor traço, até que tudo se cumpra*” (Mt 5:18, NVI).

Como Jesus engrandeceu, magnificou e glorificou a lei, “torah”, “nómos” que significa toda a legislação da teocracia israelita e do plano da salvação? Ele a engrandeceu, magnificou, executando, cumprindo cada detalhe por ela revelado como integrante do plano da salvação, para transformá-lo na mais gloriosa realidade.

Veio para cumprir toda a lei e os profetas. Tudo o que a respeito dEle estava escrito e predito em relação à Sua missão como Salvador. Se Jesus não

cumprisse todos os detalhes da lei “nómos”, o Pentateuco, os Salmos e os Profetas, não poderia ser o Salvador.

Por mais paradoxal que possa parecer, é na execução da Sua justiça que Deus revela a grandeza da Sua perfeição, a magnificência do Seu amor, a superabundância da Sua graça e o engrandecimento e glorificação da Sua lei, que no sentido amplo significa *“toda palavra que procede da boca de Deus”* (Mt 4:4, Dt 8:3).

Jesus engrandecendo a lei moral. Dentro da lei “torah”, encontram-se a lei moral dos Dez Mandamentos e todas as outras leis.

Jesus veio ao mundo para engrandecer a lei moral. O salmista declarou: *“A retidão e a justiça são os alicerces do teu trono; o amor e a fidelidade vão à tua frente”* (Sl 89:14, NVI).

A justiça está fundada na equidade do caráter de Deus que encontra sua expressão nos conceitos da Sua lei moral. A iniquidade é a desarmonia com o caráter Deus, resultado da rebeldia e prática de atos ofensivos ao caráter de Deus, qualificados como pecado.

A justiça da lei moral condena o ato do pecado e exige a execução da sentença. *“Porque o salário do pecado é a morte”* Rm 6:23, NAA).

Deus executou a sentença da justiça em Si mesmo, na pessoa de Cristo e assim Jesus engrandeceu a eternidade e imutabilidade da lei moral e oferece graça por amor. Ele assim pode atuar porque Ele é o grande e eterno *“Eu Sou”* (Êx 3:14). Ele é justiça, Ele é amor. Ele é graça. *“Ele só poderia Se tornar o Salvador e o Redentor sendo primeiro o Sacrifício”* (MM, 2013, p. 249).

O profeta declara: *“Por amor da Sua própria justiça, engrandecer a lei e fazê-la gloriosa”*. Deus, na vida e morte de Jesus, engrandeceu a lei moral e a tornou gloriosa. *“Desde o princípio a grande controvérsia fora a respeito da lei de Deus. Satanás procurara provar que Deus era injusto, que Sua lei era defeituosa, e que o bem do Universo exigia que ela fosse mudada”* (PP, p. 65).

Paulo declara: *“Deus o fez: por causa do pecado, enviando Seu próprio Filho na condição da nossa carne de pecado, ele condenou o pecado na carne, a fim de que a justiça exigida pela lei seja realizada em nós”* (Rm 8:3 e 4, TEB).

Na vida e morte de Jesus, Deus respondeu à acusação de Satanás, engrandecendo e magnificando a lei moral, executando em Jesus a justiça da sentença de morte da lei, e declarando a sua eternidade e imutabilidade. A glória da lei moral foi engrandecida na morte Substituta de Jesus. A lei exigia a morte do transgressor culpado. Esta sentença não podia ser revogada; teria de ser cumprida. Jesus, com a Sua morte Substituta a cumpriu, glorificando e engrandecendo a lei moral.

A justiça exigida pela lei moral foi realizada em nós na pessoa de Cristo, porque Ele se fez como um de nós, tornando-se o nosso Substituto, porque nós somos o culpado e condenado. Com esta solução o diabo não contava quando enganou Eva e fez Adão pecar.

“Ele foi tentado em todas coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado. [...] Visto, pois, que os filhos têm participação comum de carne e sangue, também Jesus, participou dessas coisas, para que, por sua morte, destruísse aquele que tem o poder da morte, a saber, o diabo, e livrasse todos os que, pelo pavor da morte, estavam sujeitos à escravidão por toda a vida” (Hb 4:17 e 2:14, 15, NAA).

Jesus em Sua vida viveu em perfeita harmonia e obediência à lei moral, e morreu como determinava a lei. A transgressão da ordem moral de Deus: *“não coma o fruto desta árvore”*, caracterizou o ato de rebeldia contra Deus como pecado, e a ordem determina que o ato do pecado receba por justiça, como sentença de condenação, a morte.

“A posição de Cristo junto ao Pai é de igualdade. Isto O habilitou a tornar-Se uma oferta pelo pecado, em favor dos transgressores. Era Ele em absoluto suficiente para engrandecer a lei e torná-la gloriosa. [...] Separou Ele os preceitos de Jeová das máximas e tradições dos homens. Exaltou os dez Mandamentos como expressão da verdade em toda a sua pureza” (MM, 1965, p. 292).

Mas, *“Deus tornou pecado por nós aquele que não tinha pecado, para que nele nos tornássemos justiça de Deus”* (2Co 5:21, NVI).

Jesus, recebendo em Si a sentença de condenação à morte, magnificou a lei, porque a sentença de condenação foi executada, a eternidade e a imutabilidade da lei, foi confirmada e a superabundância da graça foi manifestada para todos os pecadores. Não desfruta a bênção da graça, aquele que não a aceita.

Engrandeceu a lei cerimonial. Para as lideranças judaicas Jesus apareceu como um revolucionário que veio destruir todo o seu sistema espiritual de culto e adoração. Em Seus ensinamentos, apresentando-Se como a água da vida, a luz que ilumina os homens, o pão da vida, o Cordeiro do sacrifício, o Deus eterno junto com Deus o Pai, eram discursos inaceitáveis para aqueles que haviam perdido de vista a realidade da pia, do altar dos sacrifícios, do candelabro, da mesa dos pães da proposição, da arca do concerto e de todos os símbolos e cerimônias de seu depósito espiritual. Para estes Jesus fez a categórica declaração: *“não vim suprimir, mas cumprir”*.

Assim como Jesus viveu e apresentou o verdadeiro significado da justiça de Deus na lei moral, não na letra, mas no espírito, do mesmo modo, viveu e apresentou o verdadeiro significado da justiça de Deus tipificada na lei cerimonial.

Engrandeceu e magnificou a lei cerimonial, porque por Sua justiça, a graça e a redenção tipificadas, são por Cristo realizadas por nós e em nós, na morte do Cordeiro de Deus.

“Pois é impossível que o sangue de touros e bodes tire pecados. [...] Pelo cumprimento dessa vontade fomos santificados, por meio do sacrifício do corpo de Jesus Cristo, oferecido uma vez por todas” (Hb 10:4, 10, NVI).

“Porquanto o que fora impossível à lei, no que estava enferma pela carne, isso fez Deus, enviando o seu próprio Filho em semelhança da carne pecaminosa e no tocante ao pecado; e, com efeito, condenou Deus, na carne, o pecado” (Rm 8:3, ARA)

“Porque, aquilo que a Lei fora incapaz de fazer por estar enfraquecida pela carne, Deus o fez, enviando Seu próprio Filho, à semelhança do homem pecador. E assim condenou o pecado na carne” (NVI).

“Quando, porém, Cristo veio como sumo sacerdote dos bens já realizados, mediante o maior e mais perfeito tabernáculo, não feito por mãos humanas, quer dizer, não desta criação, e não pelo sangue de bodes e de bezerras, mas pelo seu próprio sangue, ele entrou no Santuário, uma vez por todas, e obteve uma eterna redenção. [...] Porque é impossível que o sangue de touros e bodes remova pecados” (Hb 9:11, 12 e 10:4, NAA).

Por meio do Seu sacrifício, Jesus cumpriu e engrandeceu a lei cerimonial. Ele é o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo (Jo 1:29). *“Ele foi transpassado por causa das nossas transgressões, foi esmagado por causa das nossas iniquidades; o castigo que nos trouxe paz estava sobre ele, e pelas suas feridas fomos curados” (Is 53:5, NVI).*

“A lei cerimonial foi dada por Cristo. Mesmo depois que ela não mais devia ser observada, Paulo apresentou-a aos judeus em sua verdadeira posição e valor, mostrando o seu lugar no plano da redenção e sua relação para com a obra de Cristo; e o grande apóstolo declara gloriosa esta lei, digna de seu divino Originador. O serviço solene do santuário tipificava as grandiosas verdades que seriam reveladas durante gerações sucessivas. A nuvem de incenso que ascendia com as orações de Israel, representa a Sua justiça que unicamente pode tornar aceitável a Deus a oração do pecador; a vítima sangrenta sobre o altar do sacrifício, dava testemunho de um Redentor vindouro; assim, ao longo de séculos e séculos de trevas e apostasia, a fé se conservou viva no coração dos homens até chegar o tempo para o advento do Messias prometido” (PP. p. 381, 382).

Jesus glorificou a lei cerimonial porque em Seus ensinamentos, apresentou-Se como a água da vida, a realidade da pia para as purificações; a luz que ilumina os homens, a realidade do candelabro; o pão da vida, a realidade da mesa dos pães da proposição; o Cordeiro do sacrifício, a realidade do altar dos sacrifícios; o intercessor, a realidade do altar do incenso; o Deus eterno junto com Deus o

Pai, a realidade da arca do concerto, e a realidade de todos os símbolos e cerimônias do ritual do santuário. *“Não vim suprimir, mas cumprir, magnificar”*.

Jesus, em Sua vida, engrandeceu a lei cerimonial participando de todas as festas com seus ritos e cerimônias; engrandeceu-a porque tudo o que era ensinado sobre o plano da salvação por meio dos serviços da cópia terrestre foi transferido para a realidade do verdadeiro Santuário, o celestial. O ensino por meio de tipos passou a centralizar-se na pessoa real de Cristo. Aquilo que era apenas sombras, deu lugar à Luz. O sacrifício repetitivo do cordeiro foi realizado por um único sacrifício do Cordeiro de Deus. O intercessor humano, representado no sacerdote e sumo sacerdote, deu lugar para o intercessor divino, Jesus. O que era realizado por meio de símbolos transitórios, recebeu o poder do eterno. Jesus glorificou a lei das cerimônias porque ela anunciava a Sua vinda e Ele veio cumprir tudo o que nela estava envolvido a respeito dEle.

Jesus Engrandeceu a lei sacerdotal. Deus engrandeceu e magnificou a lei sacerdotal, elegendo Jesus para torná-Lo Sumo Sacerdote eterno segundo a ordem de Melquisedeque, no lugar de humanos pecadores transitórios e mortais.

“O que acabamos de dizer fica ainda mais claro quando aparece outro sacerdote semelhante a Melquisedeque, alguém que se tornou sacerdote, não por regras relativas à linhagem, mas segundo o poder de uma vida indestrutível. Porquanto sobre ele é afirmado: ‘Tu és sacerdote para sempre, segundo ordem de Melquisedeque’” (Hb 7:15-17, NVI).

“É de um sumo sacerdote como este que precisávamos: santo, inculpável, puro, separado dos pecadores, exaltado acima dos céus” (Hb 7:26, NVI).

Jesus não somente Se tornou sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque, mas também assumiu a posição de Rei: *“em primeiro lugar, seu nome significa ‘rei da justiça’, depois, ‘rei de Salém’ quer dizer: ‘rei da paz’”*. (Hb 7:2, NVI).

Jesus Engrandeceu a lei civil. O amor e a justiça de Deus, praticados por Seus filhos, sempre deviam contrastar com a ética e a justiça dos povos alienados de Deus: *“Pois, que grande nação tem um Deus tão próximo como o*

Senhor, o nosso Deus, sempre que o invocamos? Ou, que grande nação tem decretos e preceitos tão justos como esta lei que estou apresentando a vocês hoje?” (Dt 4:7, 8, NVI).

Jesus em Sua vida cumpriu todas as Suas obrigações legais com as leis civis, pois foi Ele quem as ordenou para preservar a ordem temporal: *“pois não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por ele estabelecidas”* (Rm 13:1, NVI). Foi um cidadão de quem Pilatos, representante de Roma, declarou: *“Não encontro motivo para acusar este homem”* (Lc 23:4, NVI).

Em Cristo, Deus magnificou a graça. Para todas as criaturas celestiais, e Adão e Eva no jardim do Éden, o amor e a graça de Deus eram revelados pelos princípios de vida expressos na Sua lei, e reconhecida pela manifestação da obediência amorosa e espontânea a estes princípios. Com a queda de Adão e o consequente pecado, a graça foi revelada na *“forma”* até então desconhecida, no sangue inocente do animal substituto, recebendo em si a sentença de condenação do pecado do culpado transgressor, na morte sacrifício.

No santuário essa *“forma”* de graça recebeu ritos e cerimônias adicionais, mas todos dentro de suas limitações típicas: *“dia após dia, todo sacerdote apresenta-se e exerce os seus deveres religiosos; repetidamente oferece os mesmos sacrifícios, que nunca podem remover os pecados”* (Hb 10:11, NVI).

Jesus magnificou a limitada tipologia *“quando este sacerdote acabou de oferecer, para sempre, um único sacrifício pelos pecados, assentou-se à direita de Deus. [...] Porque, com um único sacrifício, ele aperfeiçoou para sempre os que estão sendo santificados. [...] Onde esses pecados foram perdoados, não há mais necessidade de sacrifício por eles”* (Hb 10:12, 14, 18, NVI).

O apóstolo Paulo sintetiza a grandeza e magnitude desse ato de Jesus com essas palavras: *Mas onde aumentou o pecado, transbordou a graça*” (Rm 5:20, NVI).

A JUSTIÇA DE DEUS E A JUSTIÇA DOS FARISEUS

Retornando para o sermão da montanha encontramos outra declaração de Jesus que revela o segundo foco de Sua argumentação precedente, preparando a mente dos ouvintes para a compreensão de toda a argumentação subsequente: a justiça de Deus. Nessa declaração envolve os que tinham a responsabilidade do ensino espiritual em Seu tempo, e condena a sua justiça porque rejeitavam ou desconheciam a justiça de Deus: *“pois eu lhes digo que se a justiça de vocês não for muito superior à dos fariseus e mestres da lei, de modo nenhum entrareis no Reino dos céus”* (Mt 5:20, NVI).

Portanto, para compreender a argumentação de Jesus de que não veio para revogar a lei, mas por Sua própria justiça, cumpri-la e engrandecê-la, necessitamos conhecer o fundamento da justiça dos fariseus e mestres da lei, condenada por Jesus.

Analisando toda a argumentação de Jesus em Mateus 5 e em algumas outras circunstâncias, teremos a clara visão do fundamento da justiça dos fariseus: colocavam a ênfase na letra da lei moral, corromperam a compreensão da lei cerimonial, enalteceram com força os mandamentos e os preceitos de homens e a tradição dos anciãos.

Contrastando a justiça de Deus com a dos fariseus. Assentado que veio para cumprir tudo o que Moisés, os Profetas e os Salmos relacionam com a Sua missão, Jesus passa a destacar detalhes mal compreendidos e mal interpretados, confrontando a justiça de Deus com a dos fariseus.

Sexto mandamento. O sexto mandamento moral, recebeu uma interpretação muito corrompida pelos mestres da lei.

Jesus procurando despertar os fariseus e mestres da lei, demonstra a diferença entre a sua justiça e a justiça estabelecida por Deus, para o pecador que aceita a graça, fazendo declarações como estas: *“Ouvistes que foi dito aos seus antigos: Não matarás; [...] Eu, porém, vos digo que todo aquele que [sem motivo] se irar contra seu irmão, [...] proferir um insulto, [...] chamar: tolo”* (Mt 5,20, 21, ARA), já está atentando contra a sua vida e transgredindo a lei.

Para os fariseus e os doutores da lei, um ato somente era considerado pecado quando praticado. Jesus questionou esta interpretação, magnificando a

lei, declarando que as intenções no pensamento, o ódio alimentado, os insultos proferidos, a zombaria e o escárnio, são pecados.

João, o apóstolo do amor, compreendia esta dimensão espiritual da lei: *“Quem odeia seu irmão é assassino, e vocês sabem que nenhum assassino tem a vida eterna em si mesmo”* (1Jo 3:15, NVI).

Jesus, em Sua vida cumpriu este mandamento, em todas as Suas manifestações de amor para pecadores culpados. Declarou: *“O ladrão vem apenas para roubar, matar e destruir; eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância”* (Jo 10:10, NVI).

Sétimo mandamento. Outro mandamento da lei moral ao qual Jesus refere, é o sétimo: *“Ouvistes que foi dito: Não adulterarás. Eu, porém, vos digo: Qualquer que olhar para uma mulher com intenção impura, no coração, já adulterou com ela”* (Mt 5:21, 22, 27 e 28, ARA).

A mesma interpretação que os mestres da lei e os fariseus davam para o sexto mandamento, era considerada válida para o sétimo.

Mais uma vez Jesus questiona a sua compreensão e interpretação da justiça de Deus. Jesus vai ao âmago do espírito do mandamento, declarando que os pensamentos nutridos com ideias pecaminosas e as intenções impuras, são pecados.

Não pode ser diferente, pois, quando o pecador aceita a graça em Jesus, aceita Jesus e tudo o que determina para a conduta no Reino da graça. Ora, se aceitar a Jesus significa que a lei moral é escrita no coração, ou na mente, quando alimentada qualquer ideia pecaminosa, mentalmente ela já está sendo praticada, e a lei está sendo transgredida. Isto significa que Jesus realçou o verdadeiro sentido espiritual da observância da lei moral. Não só acusa como pecado a ação consumada, mas a intensão alimentada.

Os mestres da lei e os fariseus orientavam a sua justiça e conduta espiritual alicerçados na letra da lei, desconsiderando ou rejeitando o seu espírito.

O apóstolo Paulo qualifica esta conduta dos fariseus, tentando observar a letra da lei moral, sem atentar para o seu espírito, como *“zelo que não é iluminado pelo conhecimento”* (Rm 10:2, TEB).

Portanto, quando Jesus declara que é preciso exceder em muito a justiça dos fariseus, para obter a salvação, necessitamos compreender o espírito da lei e dos ensinamentos da palavra de Deus. *“Pois a palavra de Deus é viva e eficaz, e mais afiada que qualquer espada de dois gumes; ela penetra até o ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas, e julga os pensamentos e intenções do coração”* (Hb 4:12, NVI).

Jesus condenou como adultério o olhar do homem para uma mulher com intenções impuras. Levanto duas questões para refletir: Quando uma mulher olha para um homem com intenções impuras, é adultério? Quando uma mulher se apresenta com intenções impuras para despertar as intenções impuras do homem, é adultério? Não seria a nossa justiça, bem semelhante à justiça dos fariseus? Apegando-nos à letra, sem discernir o espírito?

“Era crepúsculo, o entardecer do dia, chegavam as sombras da noite, crescia a escuridão. A mulher veio então ao seu encontro, vestida como prostituta, cheia de astúcia no coração. Ela é espalhafatosa e provocadora” (Pv 7:9-11, NVI).

“Pois vocês conhecem os mandamentos que lhes demos pela autoridade do Senhor Jesus. A vontade de Deus é que vocês sejam santificados: abstenham-se da imoralidade sexual” (1Ts 4:2 e 3, NVI).

Jesus cumpriu, sem admitir questionamentos, todos os princípios morais. Declarou em tom de desafio, para os Seus oponentes, que recusavam a justiça de Deus e praticavam a sua própria justiça: *“Qual de vocês pode me acusar de algum pecado?”* (Jo 8:46, NVI).

Quinto mandamento. Em outra oportunidade Jesus lidou com o mesmo problema que orientava a prática da justiça estabelecida pelas leis e tradições dos anciãos e fariseus. Questionaram a Jesus por que os Seus discípulos não lavavam as mãos antes de comer?

Uma prática que, como lei de higiene é louvável e pode evitar muitos problemas de saúde, foi transformada em uma questão fundamental para a salvação. Jesus acusou-os de hipócritas, fundamentando o Seu argumento no profeta Isaías, que condenou os israelitas e judeus de seus dias, pela transgressão dos mandamentos de Deus, mas seguindo a observância rigorosa de regras humanas.

Não respondendo diretamente à pergunta feita, Jesus trouxe para a discussão outra prática de justiça própria dos fariseus, em confronto com a justiça de Deus. Os fariseus estabeleceram a tradição, de que se alguém dedicasse alguma coisa a Deus e ao templo, dizendo: *“isto é Corbã”* (Mc 7:11), estava desobrigado de seu dever filial, em relação ao cuidado para com os seus pais em idade avançada, ou outros problemas que poderiam criar dificuldades para o seu sustento. Em Mateus 15:5, a “Tradução Brasileira”, traduz a justificativa com estas palavras: *“aquilo que eu poderia dar já ofereci a Deus”*.

Assim, carregavam a vida espiritual do povo com cargas pesadas, com as quais visavam auferir lucros exorbitantes para as lideranças, sem transmitir as mensagens do amor e da justiça de Deus. A justiça e o amor de Deus cumulam Seus filhos com a certeza de vida longa e feliz, por assimilar e praticar o amor e a justiça segundo por Ele estabelecido: *“honra teu pai e tua mãe...”*.

Todas as ordens de Deus estão alicerçadas em Seu amor e na Sua justiça, e, portanto, não são pesadas (1Jo 5:3), mas comunicam sentimentos de felicidade e satisfação: *“como são felizes os que andam em caminhos irrepreensíveis, que vivem conforme a lei do Senhor!”* (Sl 119:1, NVI).

A tradição humana se tornara tão forte que anulou a observância do mandamento da lei de Deus e rejeitando a Sua justiça. Assim também a tradição de lavar as mãos cerimonialmente, por estarem impuras pelo contato com pessoas ou coisas, destruiu a compreensão do conceito da pureza moral em todas as suas formas.

Quarto mandamento. Em um dia de sábado, Jesus com os Seus discípulos estavam passando por uma lavoura de cereais, e os discípulos apanhavam espigas e as comiam.

“Os fariseus lhe perguntaram: ‘olha, por que eles estão fazendo o que não é permitido no sábado?’” (Mc 2:24, NVI).

Jesus mais uma vez confrontou a justiça própria dos fariseus, com a justiça de Deus, demonstrando que Deus não coloca fardos pesados e inúteis sobre os Seus filhos, mas com eles se deleita quando participam de Suas bênçãos.

Mandamentos menores: o divórcio. Feitas considerações sobre dois mandamentos da lei moral, em Seu sermão proferido no monte, Jesus avalia a compreensão e interpretação de outros preceitos da lei de Moisés, e que qualifica de mandamentos menores. Toca um ponto muito questionado: o divórcio. Jesus ratifica o direito do divórcio, em apenas uma situação: por imoralidade sexual de uma das partes.

Em certa oportunidade os fariseus testaram o ensino de Jesus. A Sua resposta é muito definida: *“Moisés permitiu que vocês se divorciassem de suas mulheres por causa da dureza de coração de vocês. Mas não foi assim desde o princípio”* (Mt 19:7, 8, NVI).

O preceito do divórcio foi dado não como uma demonstração do amor e da graça de Deus para liberar o pecador, mas *“por causa da dureza de coração”*, do ser humano. Antes do divórcio, todo casal deve ponderar esta declaração de Jesus. Qual a grande razão para recorrer ao divórcio?

Mesmo assim, a maneira de Jesus tratar com a mulher samaritana, revela que Deus sempre atua para salvar o pecador. Porém, merece destacar, que essa mulher estava vivendo a sua sexta união conjugal, e de acordo com a amorosa repreensão de Jesus, não legalizara essa união, seguindo as determinações da lei de Moisés.

Juramentos. Na lei de Moisés havia também a regulamentação de promessas feitas sob juramento. Jesus orientou que não devemos empenhar a palavra, porque circunstâncias as mais variadas podem dificultar o cumprimento da promessa feita. Devemos ser honestos em nosso falar, sem necessidade de comprometer-nos. No mundo de pecado, as circunstâncias e a nossa vida são

incertas. Não temos nenhuma certeza do dia de amanhã. Portanto, o nosso falar deve ser sim ou não. *“O que passar disto vem do Maligno”* (Mt .5:37, NAA).

Pelas declarações de Jesus conclui-se que os mestres da lei e fariseus invocavam o Céu ou a Terra para valorizar suas declarações e sua justiça. Isto é: profanavam o nome de Deus com suas afirmações infundadas. Ou empenhavam a sua cabeça, como dizendo: se não for como estou falando, podem cortar o meu pescoço.

Jesus condenou toda a palavra irrefletida, e muito mais quando era falsa, mentirosa, mas dita como tendo o pleno aval de Deus.

Jesus cumpriu este mandamento menor da lei de Moisés, e ninguém podia condená-Lo por Suas palavras. *“Ninguém jamais falou da maneira como esse homem fala”* (Jo 7:46, NVI). **A Justiça de Deus e a justiça própria.** Quando o moço rico perguntou o que fazer para obter a vida eterna, Jesus disse-lhe que devia obedecer a lei dos Dez Mandamentos. O moço respondeu: *“Mestre, a tudo isso tenho obedecido desde a minha adolescência”* (Mc 10:20, NVI).

O problema do moço não estava na observância dos mandamentos, mas na maneira equivocada de observá-los, buscando obter méritos e justiça própria por sua observância, e em sua vida espiritual dividida. Declarou guardar os mandamentos, mas o seu deus não era o Deus dos mandamentos. Amava as suas riquezas e nelas confiava como a sua completa segurança. Jesus o desafiou a romper com o falso deus e render-se ao Deus dos mandamentos.

Esse moço estava procurando viver a justiça comunicada, sem ter aceito a Jesus como o Senhor de sua vida. Não sentia necessidade da justiça imputada, a fé no Salvador para obter o perdão, a justificação e a reconciliação, sem apresentar méritos. Por praticar os princípios da lei moral, a justiça comunicada, sem a inteira dependência de Deus, mas como forma de justiça própria, julgava-se seguro da salvação.

Jesus lhe disse que precisava aprender a confiar, amar e depender inteiramente da justiça e da graça do Deus dos mandamentos. Onde se encontrava a proposta para esse moço aprender a confiar na graça de Deus e na justiça pela fé? *“Vá, vende tudo, e segue-me”* (Mc 10:21).

Esse era o problema espiritual dos judeus: confiavam inteiramente na justiça própria para orientar a conduta, mas rejeitavam a soberana liderança de Deus na justiça comunicada pela graça e pelo amor, conduzindo a obediência da fé por amor, e rejeitavam a justiça imputada, a justiça da graça, na morte substituta de Jesus, sofrendo em Si, a condenação da lei, pesando sobre o homem culpado, e que somente este ato de graça, oferece e concede perdão, justificação e reconciliação.

A justiça comunicada orienta a conduta, mas não perdoa e não justifica; é a justiça da lei; somente a justiça imputada perdoa e justifica; é a justiça da graça. Porém, quando aceitamos a justiça imputada, a graça de Jesus, como o nosso Salvador e justificador, é a justiça comunicada, Jesus como o nosso Senhor e Soberano, a justiça da lei torna-se o caminho da justiça da graça e santifica, porque *“o Senhor é a Nossa Justiça”* (Jr 23:6, NVI).

“Pela fé, você passou a ser de Cristo, e pela fé, deve Nele crescer – dando e recebendo. Você tem de entregar-Lhe tudo – o coração, a vontade, a disposição de servir. Deve se entregar a Ele para então obedecer a todos os Seus mandamentos. Você receberá tudo – Cristo, a plenitude de todas as bênçãos, para habitar em seu coração, ser sua força, justiça e esperança eterna – para que tenha o poder necessário para obedecer” (Caminho a Cristo, p. 70).

Enfatizando o contraste entre a justiça dos mestres da lei e dos fariseus, Jesus ainda disse: *“Se vocês amarem aqueles que os amam, que recompensa vocês receberão. Até os publicanos fazem isso! E se saudarem apenas os seus irmãos, o que estarão fazendo de mais? Até os pagãos fazem isso! Portanto, sejam perfeitos como perfeito é o Pai celestial de vocês”* (Mt 5:46-48, NVI).

A justiça própria é limitada em todos os aspectos. A justiça de Deus é ilimitada e se expande com a prática. A justiça de Deus nos conduz pelo caminho do aperfeiçoamento do caráter à semelhança do caráter de Jesus, porque a justiça de Deus, *“é Cristo em [nós] a esperança da glória”* (Cl 1:27), *“pois é Deus quem efetua em vocês tanto o querer como o realizar, de acordo com a boa vontade dele”* (Fp 2:13, NVI).

Portanto, se queremos herdar o Reino necessitamos conhecer e praticar a justiça de Deus. Caminhar na direção da perfeição de nosso Pai celestial, aprendendo com Jesus a amar àqueles que nos odeiam; bendizer àqueles que nos insultam; fazer o bem àqueles que nos aborrecem.

A Glória da Justiça de Deus. É muito mais coerente, aceitar de que o estabelecimento completo do plano da salvação com Sua morte substituta, Jesus não veio anular a lei, “nómos”, a torah”, ou “os profetas”, e muito menos, a eternidade e imutabilidade da lei moral, mas sim, confirmá-los. Porque, assim como a lei moral não pode ser anulada, a morte de Jesus também não pôde ser anulada quando Ele rogou ao Pai: *“meu Pai, se for possível, afasta de mim este cálice”* (Mt. 26:39, NVI).

O que Jesus estava dizendo quando pediu ao Pai: *“meu Pai, se for possível, afasta de mim este cálice”*. O cálice era a Sua morte substituta, em cumprimento de Sua missão, tipificada na lei (nómon) e revelada pelas predições dos profetas, sofrendo a sentença da condenação de morte eterna, a segunda morte, por causa de nossa transgressão da lei, *“a fim de que as justas exigências da Lei fossem plenamente satisfeitas em nós”* (Rm 8:4, NVI).

Se é possível oferecer graça sem executar a justiça, *“afasta de mim este cálice”*. Não era possível para Deus anular a justiça da lei moral e revogar a sentença de condenação. Não era possível evitar o cálice da morte substituta de Cristo. Este era o único meio e o único caminho para cumprir a justiça de Deus e salvar o homem por graça imerecida. Morreu o inocente, na execução da justiça, para oferecer graça para o culpado. Imensurável, inesgotável e incompreensível amor! A justiça que revela a graça por amor, proveu a salvação do culpado e a justa exigência da lei moral, a justiça, foi executada e a sua eternidade e imutabilidade confirmada. O Cordeiro de Deus foi morto e a lei cerimonial foi cumprida, porque assim ela o determinava.

O homem pecou, transgredindo a lei. Deus ofereceu a graça, (Gn 3:15), concedendo para o homem a oportunidade de reconciliação. Porém, para tornar a oferta da graça real, a justiça necessitava ser executada. A graça estava revelada no Substituto em quem a justiça seria executada. Executada a justiça, para tornar a graça real, a justiça do Substituto, sem pecado, (2Co 5:21),

necessita ser aceita pelo culpado condenado pela lei moral. Não aceitar a justiça do Substituto, mantém o culpado condenado sob a condenação da lei moral, porque a graça não foi aceita. A graça está à disposição de todos: *“isto é bom e aceitável diante de Deus, nosso Salvador, que deseja que todos sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade”* (1Tm 2:3, 4, NAA). Porém, para torná-la real, a justiça do Substituto precisa ser aceita. Sem este ato de aceitar a justiça do Substituto, nada muda em relação ao culpado.

Antes da glória da ressurreição, era inevitável a batalha sangrenta do Getsêmani e da cruz; antes da proclamação da dádiva da graça, era incondicional executar a sentença da justiça de condenação e o triunfo inquestionável da justiça do Substituto; não era possível afastar esse cálice. *“Ele só poderia Se tornar o Salvador e o Redentor sendo primeiro o Sacrifício”* (MM, 2013, p. 249).

O grande engano em relação à graça está no fato: pequei, a graça de Deus me salvou, nada mais preciso fazer. Porém, a graça unicamente é oferecida porque a justiça foi executada primeiro. Se o pecador aceita a graça, mas não reconhece e não aceita a justiça executada no Substituto, a graça continua apenas como oferta. Ela somente se torna dádiva, reconhecendo o nosso pecado, confessando-o e aceitando a justiça do Substituto. A justiça do Substituto nos coloca em harmonia com Deus, com a lei moral, e em paz com Ele, pela fé, porque a sentença de condenação da justiça foi executada no Substituto. É na execução da justiça da lei moral que a graça se torna dádiva, oferecida pela morte do Substituto.

Jesus orou: *“Se for possível oferecer graça sem executar a justiça, remova de Mim este cálice”*. Era impossível remover o cálice da justiça para oferecer graça.

“Mas o plano da redenção tinha um propósito mais vasto e profundo do que a salvação do homem. Não foi para isso apenas que Cristo veio à Terra; não foi simplesmente para que os habitantes deste pequeno mundo pudessem considerar a lei de Deus como devia ser considerada; mas foi para reivindicar o caráter de Deus perante o universo. Para este resultado de Seu grande sacrifício, ou seja, a influência do mesmo sobre os entes de outros mundos, bem

como sobre o homem, olhou antecipadamente o Salvador quando precisamente antes de Sua crucifixão disse: ‘Agora é o juízo deste mundo; agora será expulso o príncipe deste mundo. E Eu, quando for levantado da terra, todos atrairei a Mim’. João 12:31 e 32. O ato de Cristo ao morrer pela salvação do homem, não somente tornaria o céu acessível à humanidade, mas perante todo o universo justificaria a Deus e a Seu Filho, em Seu trato com a rebelião de Satanás. Estabeleceria a perpetuidade da lei de Deus, e revelaria a natureza e os resultados do pecado” (PP, p. 64).

“E Eu, quando for levantado da terra, todos atrairei a Mim”. Quando lemos esta declaração de Jesus, por uma questão natural a aplicamos aos pecadores que seriam atraídos a Jesus. É uma aplicação muito limitada. Jesus olhou para os anjos e os habitantes de outros mundos, que ficaram em dúvida sobre o amor e a justiça de Deus. Entretanto, com a Sua morte, o caráter de Deus foi totalmente vindicado, justificado, Seu amor e justiça plenamente reconhecidos e a perpetuidade da Sua lei proclamada.

O Universo foi atraído a Cristo, morrendo sobre a cruz. Declara João em sua visão profética: *“Então olhei e ouvi a voz de muitos anjos, milhares de milhares e milhões de milhões. Eles rodeavam o trono, bem como os seres viventes e os anciãos, e cantavam: ‘Digno é o Cordeiro que foi morto de receber poder, riqueza, sabedoria, força, honra, glória e louvor” (Ap 5:11, 12, NVI).*

“Bem podiam, pois, os anjos se regozijar ao contemplarem a cruz do Salvador; pois embora não compreendessem ainda tudo, sabiam que a redenção do homem era certa e que o universo estava para sempre a salvo. O próprio Cristo compreendeu plenamente os resultados do sacrifício feito no Calvário. A tudo isso olhava Ele quando exclamou na cruz: ‘Está consumado”’ (DTN, p. 764).

O apóstolo Paulo fez declarações poderosas para explicar a justiça e a graça de Deus: *“Deus tornou pecado por nós aquele que não tinha pecado, para que nele nos tornássemos justiça de Deus” (2Co 5:21, NVI).*

Deus colocou o Substituto sem pecado em nosso lugar, tornando-O pecado por nós, e tornou a nós, culpados, justiça por este Seu ato de graça.

“Porque no evangelho é revelada a justiça de Deus, uma justiça que do princípio ao fim é pela fé, como está escrito: ‘o justo viverá pela fé’” (Rm 1:17, NVI).

Esta é a justiça com a qual Deus quer nos envolver, por Sua graça e Seu amor, para que recebamos vida eterna. Esta foi a justiça que Jesus confrontou com os *“trapos imundos”* da justiça própria dos fariseus e mestres da lei (Is 64:6).

No plano da salvação não existe espaço para a justiça própria, a justiça de méritos. Do princípio ao fim, a justiça é pela fé: *“Abraão creu no Senhor, e isto lhe foi atribuído como justiça”* (Gn 15:6, NAA). O primeiro passo no plano da salvação é aceitar a justiça imputada, pela fé.

“Pela fé, Abraão, quando chamado, obedeceu, a fim de ir para um lugar que devia receber como herança; [...] uma pátria superior, isto é, celestial. Por isso Deus não se envergonha deles, de ser chamado o seu Deus, porque lhes preparou uma cidade” (Hb 11:8, 16, NAA).

“Porque Abraão obedeceu à minha palavra e guardou os meus mandamentos, os meus preceitos, os meus estatutos e as minhas leis” (Gn 26:5, NAA).

Pela fé, Abraão creu; pela fé Abraão obedeceu. A caminhada para receber a herança da salvação, é realizada por meio da *“obediência que vem pela fé”* (Rm 1:5, NVI). A jornada no plano da salvação é aceitar a justiça imputada, pela fé; aceitar, praticar e viver a justiça comunicada, pela fé.

É esta experiência da verdadeira justiça pela fé que nos habilita para receber a herança: *“Nós, porém, segundo a promessa de Deus, esperamos novos céus e nova terra, nos quais habita a justiça”* (2Pe 3:13, NAA).

Esta foi a justiça que Jesus veio cumprir, não revogando um í ou um ponto do i, da lei, “nómos”, “torah”, ou os profetas. Se em Sua vida e morte, um dos menores mandamentos, “entolés”, da lei, “nómos”, em todos os seus detalhes, não fosse cumprido, não teríamos o Salvador. Louvemos a Deus, porque para Ele tudo é importante, e nós, miseráveis pecadores condenados, somos o mais

importante: “*Visto que você é precioso e honrado à Minha vista, e porque Eu o amo*” (Is 43:4, NVI).